

☐ REQUERIMENTO      Número      /XII (      .ª)

☒ PERGUNTA      Número      /XII (      .ª)

**Assunto: Salários e subsídios em atraso no Hospital Privado de Guimarães**

**Destinatário: Ministério da Economia e do Emprego**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

O Hospital Privado de Guimarães, explorado pela Casa de Saúde de Guimarães – Sociedade Anónima, foi inaugurado em junho de 2010. Com dois anos e meio de funcionamento, este hospital privado tem registado reiteradamente atrasos no pagamento de salários, de subsídios de Natal e de férias.

O Bloco de Esquerda tem acompanhado esta situação altamente penalizadora dos trabalhadores e dos seus direitos, tendo questionado por duas vezes o Governo: Pergunta 2569/XII/1ª de março de 2012 e Pergunta número 3531/XII/1ª de julho de 2012.

O pagamento do salário bem como dos subsídios é um direito inabalável do trabalhador que não pode ser sonegado ou pago sem regularidade. Não obstante, a regularidade no pagamento dos salários não foi nunca a norma no HPG. Em julho, quando questionámos pela última vez o Governo sobre este assunto, muitos trabalhadores do HPG não tinham recebido os salários de maio e de junho nem o subsídio de férias. Na resposta remetida pelo Governo, constata-se que, uma inspeção realizada pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) a 6 de agosto de 2012 confirmou estar em falta o “pagamento dos subsídios de férias de 2012” bem como “a remuneração do mês de julho de 2012”.

Alguns meses depois, os atrasos no pagamento de salários e subsídios mantêm-se: há trabalhadores com seis meses de salários em atraso, outros que não receberam ainda o mês de janeiro de 2013 enquanto outros têm a receber os subsídios de 2012 bem como os salários de outubro, novembro e dezembro de 2012.

Esta situação configura um inaceitável e reiterado padrão de incumprimento de um dos mais elementares direitos dos trabalhadores: o direito ao salário. Não é compreensível que uma entidade reiteradamente não pague os salários a tempo e horas, desrespeitando os trabalhadores e introduzindo variáveis de instabilidade no seu quotidiano e no seu bem-estar psíquico que não são nunca desejáveis, muito menos quando se lida com a vida de pessoas.

Por outro lado, esta situação exemplifica real e lamentavelmente as consequência da privatização na

saúde: má qualidade dos serviços prestados e desrespeito pelos trabalhadores.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministério da Economia e do Emprego, as seguintes perguntas:*

1. A ACT tem conhecimento da situação exposta? Que medidas vai a ACT desencadear para averiguar esta situação e acautelar os direitos dos trabalhadores?
2. Quantos trabalhadores exercem funções no HPG e qual o seu vínculo contratual?
  - Caso existam trabalhadores em regime de prestação de serviços, avença ou outras modalidades de contratação que não o contrato de trabalho, estes trabalhadores têm os honorários pagos ou registam-se atrasos?
3. Há registo de pedidos de suspensão de contrato? Em caso de resposta afirmativa, quantos pedidos foram registados?

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2013.

**O Deputado e a Deputada**  
**João Semedo e Helena Pinto**